



D. Leopoldina



CARTAS DE UMA
IMPERATRIZ

D. Leopoldina

CARTAS DE UMA IMPERATRIZ

seleção e transcrição das cartas
Bettina Kann e Patrícia Souza Lima

artigos
Andréa Slemian, André Roberto de A. Machado,
Bettina Kann, István Jancsó e Maria Rita Kehl

tradução
Guilherme João de Freitas Teixeira e
Tereza Maria Souza de Castro

coordenação editorial
Angel Bojadsen



Estação Leopoldina

© Editora Estação Liberdade, 2006

© Os autores, para seus respectivos textos: Andréa Slemian, André Roberto de Arruda Machado, Bettina Kann, István Jancsó e Maria Rita Kehl

<i>Seleção de cartas e preparação</i>	Flávio Quintiliano e Tulio Kawata
<i>Assistência editorial</i>	Maysa Kawata, Flávia Moino, Iriz Medeiros
<i>Edição de texto</i>	Angel Bojadsen, Graziela C. Pinto, Heitor Ferraz
<i>Anexos</i>	Graziela Costa Pinto e André Reinach
<i>Composição</i>	Wildiney Di Masi, Pedro Barros, Ronaldo Chagas, Johannes Christian Bergmann
<i>Desenho de capa e encarte</i>	Natanael Longo de Oliveira
<i>Direção de produção</i>	Edilberto Fernando Verza

A EDIÇÃO DESTA OBRA, BEM COMO A PESQUISA QUE A ANTECEDEU,
CONTARAM COM O APOIO DO BANCO ITAÚ BBA



CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L612

D. Leopoldina, 1797-1826

Cartas de uma imperatriz / pesquisa e seleção de cartas Bettina Kann e Patrícia Souza Lima ; artigos István Jancsó... [et al.] ; coordenação editorial Angel Bojadsen ; tradução Tereza Maria Souza de Castro e Guilherme José de Freitas Teixeira. – São Paulo : Estação Liberdade, 2006 496p. : il.

Anexos

Inclui bibliografia

ISBN 85-7448-108-4

1. Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826. 2. Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826 - Correspondência. 3. Brasil - História, Império, 1822-1889. 4. Áustria - História - 1789-1900. I. Bojadsen, Angel. II. Kann, Bettina. III. Lima, Patrícia Souza.

05-2763.

CDD 923.181

CDU 929.731 (81)

Todos os direitos reservados à

Editora Estação Liberdade Ltda.

Rua Dona Elisa, 116 – 01155-030 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3661 2881 Fax: (11) 3825 4239

e-mail: editora@estacaliberdade.com.br

<http://www.estacaliberdade.com.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO • O projeto Leopoldina	7
PARTE I • Leopoldina, de arquiduquesa a imperatriz	15
TEMPOS DE REFORMA, TEMPOS DE REVOLUÇÃO <i>István Jancsó e André Roberto de A. Machado</i>	17
A ÁUSTRIA E A CORTE DE VIENA (1790-1817) <i>Bettina Kann</i>	51
APONTAMENTOS SOBRE A INFÂNCIA E JUVENTUDE DE LEOPOLDINA <i>Bettina Kann</i>	63
O PARADIGMA DO DEVER EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO: D. LEOPOLDINA E “O SACRIFÍCIO DE FICAR NA AMÉRICA” <i>Andréa Slemian</i>	83
LEOPOLDINA, ENSAIO PARA UM PERFIL <i>Maria Rita Kehl</i>	115
PARTE II • Imagens de uma época	143

PARTE III • Cartas de arquiduquesa, cartas de imperatriz	177
CARTAS AUSTRIÁICAS (1808-1817)	179
CARTAS DA TRAVESSIA (1817)	294
CARTAS BRASILEIRAS (1817-1826)	313
ANEXOS	
1. GLOSSÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS	455
2. ÁRVORE GENEALÓGICA DE LEOPOLDINA E D. PEDRO I	463
3. CRONOLOGIA DE EVENTOS	467
4. REGISTRO DAS CARTAS	479
5. ÍNDICE ONOMÁSTICO	487

Apresentação

O projeto Leopoldina

O imaginário coletivo brasileiro esquece amiúde que o Brasil já teve uma família imperial, e portanto uma imperatriz, o que constitui indubitavelmente um fato marcante de nossa história. Uma imperatriz estrangeira, que veio ao Brasil por obra e ofício de um casamento arranjado entre famílias reais, sofreu um delicado processo de adaptação, teve um casamento atribulado e penoso, foi mãe do futuro imperador D. Pedro II, participou mais diretamente do que em geral admitido do processo de independência do País e de todo seu corolário de costuras políticas entre as casas reais européias — e nesse sentido as cartas dão uma preciosa luz —, e que faleceu amargurada e desgostosa aos 29 anos, deixando seis filhos. De tudo isso se tem conhecimento, ainda que fujam os detalhes.

O que se pretende nesta obra é dar a conhecer a imperatriz Leopoldina por meio das cartas de seu próprio punho, abrigadas em diversos acervos ao sabor dos respectivos destinatários. Grande parte delas é totalmente inédita, em especial as que se encontram nos acervos brasileiros. Constituem por exemplo verdadeira preciosidade as remetidas a D. Pedro I. Se de um lado demonstram cruamente as agruras de seu matrimônio, do outro mostram-na pedindo a seu marido que tome partido pela independência. Aquelas escritas a José Bonifácio nos revelam detalhes da secessão brasileira. Outras, dirigidas ao Marquês de Marialva, porta-voz da corte portuguesa nas questões de seu casamento, mostram Leopoldina aceitando de bom grado as regras de etiqueta a cumprir na rota de um casamento real. Há grande número de cartas destinadas a seu pai Francisco I, imperador austríaco, mas

no entanto sua correspondente preferida seria sua irmã e confidente Maria Luísa, a quem chamava simplesmente de Luísa e que se tornaria esposa de Napoleão em outro casamento de conveniência política, prática corriqueira na época, principalmente no que concerne a Casa dos Habsburgos. A circunstância destes dois destinatários privilegiados se encontrarem em Viena justifica o fato de os arquivos austríacos conterem o maior acervo de cartas da imperatriz, as quais, agora pela primeira vez, foram sistematicamente pesquisadas, transcritas e traduzidas para o português, perfazendo, com aquelas reunidas a partir de acervos brasileiros, o maior repertório de cartas de Leopoldina já publicado em qualquer lugar do mundo.

De um total de cerca de 850 cartas pesquisadas, selecionamos 315 para efeitos de publicação. Missivista de alta produção, mas, como não poderia deixar de ser, submetida às necessidades protocolares que sua condição lhe impunha, as cartas de Leopoldina variavam do trivial às de conteúdo crítico e de questões de Estado. Colocamos em foco sua correspondência dos anos de imperatriz, mas demos importância também às da jovem Leopoldina, importantes por revelarem os anos de formação de uma das filhas do imperador da Áustria, Estado multiétnico e cosmopolita essencialmente, o que se refletiria nos fundamentos da nação brasileira.

Optou-se por uma ordem cronológica para a disposição das cartas, favorecendo portanto a consolidação da personalidade de Leopoldina em detrimento do reordenamento temático, que de qualquer forma recobre uma juventude sobre a qual pesava uma única sombra, a de Napoleão, para prosseguir com as da travessia para o continente americano, as do aprendizado de uma vida nova em terras desconhecidas, as do casamento e das questões da corte, as da politização e da inserção no jogo das relações internacionais, e, assunto recorrente, as da saudade da terra natal e da família bem como de seu estado de profunda melancolia, pois intuía que não voltaria à Europa. Vemos as primeiras queixas sobre o matrimônio afluírem já em 1817, indo em tom crescente até o brado final de pesar no leito de morte. Voltaremos ao assunto a seguir.

Dividimos a presente obra em três partes, além dos anexos¹. A primeira apresenta uma pequena coletânea de ensaios visando a contextualizar

¹ Os anexos são compostos de um glossário de nomes próprios (nos textos, os nomes que aparecem com estrela (*) constam no glossário), a árvore genealógica de Leopoldina e D. Pedro I, uma cronologia de eventos ocorridos na Europa e na América, o registro de todas as cartas e o índice onomástico.

o leitor no período coberto pela breve vida de Leopoldina, bem como no universo de cartas que a arquiduquesa austríaca e depois imperatriz brasileira teve a inspiração de nos legar.

Os historiadores István Jancsó, especialista na questão da formação do Estado brasileiro e atualmente diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e André Roberto de A. Machado, também professor na USP, nos apresentam uma reflexão sobre o século XIX esgarçado entre o Iluminismo e um ressurgimento romântico particularmente forte em Viena.

Bettina Kann, historiadora e bibliotecária titular da Biblioteca Nacional da Áustria e participante de primeira hora deste projeto, nos traz um breve apanhado da situação política na Áustria, contextualizando o império dos Habsburgos durante a juventude de Leopoldina, época que coincidiria com a guerra de vida e morte das quatro grandes monarquias européias, a própria Áustria, a Prússia, a Rússia e a Inglaterra, contra os ventos da Revolução Francesa, e a seguir, das ambições imperiais napoleônicas. É igualmente de sua autoria um texto dando nova luz sobre a própria vida da imperatriz antes de seu casamento com o herdeiro da Casa de Bragança e após sua partida da Europa rumo ao grande continente desconhecido, no qual destaca o interesse de Leopoldina pela natureza, no contexto inclusive de sua emancipação pessoal.

A também historiadora Andréa Slemian traça, à luz da correspondência, um painel de sua vida no Brasil e aprofunda a dinâmica que esta estabelece entre o privado e o público, entre a mulher e a princesa, e como cumpre na prática seu papel em defesa da “legitimidade monárquica” no Brasil num momento crucial de nossa vida política, ou, como diz a imperatriz, “fazer o sacrifício de ficar na América”.

Acima de tudo, a evolução da personalidade de Leopoldina é marcante, e sobre isso a psicanalista Maria Rita Kehl nos tece aqui preciosas considerações. Percorrendo as cartas, apreende-se claramente este enriquecimento no confronto com o desconhecido. A nosso ver, a possibilidade que nos é dada de acompanharmos esse amadurecimento permanece um dos méritos deste trabalho coletivo. No geral, fica uma sensação de grande choque na repentina passagem para a vida adulta, paralelamente a uma acentuada dependência de Leopoldina por parte de D. Pedro.

Andréa Slemian e a doutoranda em história social Patrícia Souza Lima ofereceram valiosa contribuição para a elaboração do caderno de ilustrações, que constitui a segunda parte desta obra. Nesse sentido,

termos acesso tanto aos arquivos brasileiros quanto austríacos foi de grande ajuda. Os desenhos de próprio punho revelando uma jovem Leopoldina ótima desenhista, ou o retrato da família imperial brasileira por Simplício de Sá localizado por Patrícia num lar de crianças no Rio de Janeiro, ou ainda a série de estampas de Franz Frübeck, que veio ao Brasil em companhia da arquiduquesa, são aportes valiosos.

Mas voltemos às cartas de Leopoldina, terceira parte do livro e que perfazem a essência deste projeto. O Arquivo Nacional Austríaco e a Biblioteca Nacional da Áustria foram amplamente pesquisados por Bettina Kann, enquanto Patrícia fez o mesmo na Biblioteca Nacional, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Col. Alberto Lamego), no Museu Imperial de Petrópolis, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Recorremos também ao acervo da Biblioteca da Ajuda em Lisboa. Flávio Quintiliano e Tulio Kawata incumbiram-se da seleção e ordenamento das cartas, bem como da edição de texto, para o que contribuiu também a equipe desta editora.

Qualquer seleção a partir de uma base de dados muito extensa implica escolhas e descartes difíceis. O fato de a correspondência leopoldinense ser tão ampla no fim das contas acabou por nos facilitar o trabalho, pois em vez de operar por descarte, selecionamos o que havia de melhor. Pautamo-nos pelo interesse geral das cartas, em primeiro lugar levando em consideração a relevância do conteúdo de cada uma delas. Em segundo, priorizamos temas que pudessem contribuir para a pesquisa de pontos bem demarcados da trajetória individual de Leopoldina, mulher da corte destinada a um futuro de protagonismo político, bem maior do que o comumente reservado a uma princesa de família real. As próprias necessidades de constantes viagens de D. Pedro para apaziguar as diversas regiões do império brasileiro, como os eventos sucedendo na província de São Paulo nos idos de agosto e setembro de 1822, abriram um flanco no Rio de Janeiro no qual Leopoldina operou com determinação e teve forte presença. Sempre será motivo de discussão o grau de participação dela no processo de independência brasileiro, e várias cartas reforçam os indícios de um engajamento considerável; na verdade, revelam com clareza que Leopoldina pedia reiteradamente mais determinação a D. Pedro frente a Lisboa, uma Lisboa atingida por ideais liberalizantes com os quais a filha

do imperador austríaco Francisco I não podia coadunar por formação e por índole (carta a Francisco I, 7.6.1821; idem, 23.6.1822).

Paulatinamente, as cartas vão sendo mais diretas, se não peremptórias por momentos. As longas saudações protocolares se fazem cada vez mais raras. Ao mesmo tempo, nos surge a Leopoldina quase insufladora perante um D. Pedro indeciso e temporizador (8.1.1822). Isso mesmo levando em conta que a correspondência era controlada, situação da qual estava ciente. Simultaneamente, a vemos idealizando um Brasil como potência que não era, com notável falta de realismo (10.4.1823), embora leituras e uma visão de mundo consolidada não lhe fizessem falta. De um lado, deixa-se impregnar de Voltaire, Rousseau e Goethe, do outro, professa um conservadorismo político a toda prova, defendendo sem meias palavras modelos monárquicos absolutistas frente às ameaças constitucionalistas e de reformas soprando no Porto e em Lisboa, ou ainda aplaudindo a restauração promovida a mão-de-ferro em Nápoles, onde foram alçados ao trono seus tios Leopoldo e Maria Clementina (a Francisco I, 7.6.1821). Como verificaremos nas contribuições a seguir, a opção de Leopoldina pela independência deve ser vista também sob o prisma da rejeição de uma Europa na qual sopravam aqueles ventos reformistas dos quais discordava.

Para além da progressiva perda de confiança no esposo, nos deparamos com uma Leopoldina carente por completo de confidentes e pessoas próximas no Brasil. Elogia nostalgicamente a “franqueza alemã”, alude aos “princípios austríacos”, ressalta que é alemã, portanto, “constante e teimosa” (a José Bonifácio, entre jan./ago. de 1822), o que contrapõe ao temperamento efusivo dos portugueses, tendo chegado a escrever que se “sente melhor entre os portugueses do que em meio à nobreza vienense” (a Luísa, 18.4.1817). Enaltece a bravura e o caráter nacional de um povo ao qual diz pertencer (a Joaquim Navarro de Andrade, 12 ou 17 de maio de 1818).

A fervorosa correspondência com Luísa se interrompe nos idos de 1822, o que vai de par com a conturbada situação política em terras brasileiras. Certa carta recebida em outubro será respondida em março seguinte — o que não é extraordinário, pois somando as travessias de ida e volta o percurso todo realmente tardara seis meses. De qualquer forma percebemos uma Leopoldina moldada na adversidade transformar-se num ente político (a José Bonifácio, jan./ago. de 1822; a Francisco I, 6.4.1823). É de se lamentar por outro lado não haver cartas das viagens

que fez a Minas Gerais (menção em 17.7.1822, ao Marquês de Marialva). Teriam sido de grande interesse, pois o estudo dos minérios a interessava sobremaneira, e é bom lembrar que a imperatriz estava imersa num caldo de cultura de artistas-viajantes.

A seguir, algumas considerações editoriais. Optamos por não publicar as 850 cartas repertoriadas e transcritas, pois resultaria numa leitura repetitiva. A edição da integralidade das cartas é uma obra que ainda poderá ser ensejada em suporte digital, uma vez que a parceria com o Itaú BBA possibilitou a transcrição e tradução do total das cartas conhecidas de Leopoldina. É possível que haja outras em coleções particulares, mas segundo Bettina Kann e Patrícia Lima, certamente seriam poucas.

Não abreviamos nenhuma das cartas apresentadas, pois, além do conteúdo em si, o leitor deve poder apreciar a forma das próprias: as sutilezas no endereçamento, nas formas de tratamento e nos votos finais. As flutuações de um “querido papai”, ou a amabilidade de um “Excelente José Bonifácio” ou o imperioso “Excelente Schäffer!”, ou ainda o terno “Adorada Luísa” representam bem mais do que meros formalismos, inclusive por não faltar sinceridade nas palavras de Leopoldina. Por sinal, repertoriamos nada menos do que nove formas de tratamento para a irmã, nas quais abundam os superlativos, tão caros à língua alemã: “caríssima adorada Luísa do coração”, “queridíssima caríssima Luísa” e assim por diante. Na tradução, nos esmeramos em manter estas nuances. (Vale observar que usamos colchetes com reticências quando realmente quedou impossível deciframos alguns trechos da escrita de Leopoldina.) Falando em etiqueta, as cartas revelam detalhes picarescos, como os odiados tapinhas nas costas de seu efusivo tio italiano Leopoldo, rei de Nápoles [Duas Sicílias] (a Luísa, 2.8.1816) e, mais seriamente, vemos como Leopoldina aplica diferentes níveis de transparência, ora avisando Luísa que não pode abordar tal ou tal assunto, ora avisando o correspondente que tal portador é seguro (a José Bonifácio, jan./ago. 1822). Mantém uma constante e acatada reserva frente a seu pai-imperador, mas com relação a seu marido-imperador a evolução é surpreendente e imbuída de uma dinâmica própria. A relação com o primeiro é respeitosa, formal e submissa ao extremo, mas com D. Pedro é diferente. Com o passar do tempo cresce a irritação e ela se permite reprimendas e admoestações — como quando lhe pede que date as cartas (10.4.1822) ou que seja mais assíduo em escrever, bem como que lhe dê um mínimo de atenção ou ainda provas de determinação política.

Olhando mais de perto as cartas, nos deparamos com uma escrita fina, graciosa e bem cuidada, que transpira determinação e espírito de organização. Algumas firulas de caligrafia, principalmente filetes emendando a última letra de uma palavra com a primeira da próxima, somem com o passar dos anos em proveito de uma escrita mais objetiva, mais condizente com seu novo estatuto imperial. Escreve fluentemente em francês e alemão, sendo o português permeado de palavras em italiano ou de divertidas aproximações fonéticas. Quanto ao inglês, é sofrível, situando-se na fronteira do inteligível. O idioma de maior correção é o francês, o que não surpreende, sendo esta a língua de ensino na corte, ao passo que o alemão era pouco consolidado literariamente, e menos ainda enquanto língua de Estado. É escrevendo em francês também que Leopoldina se permite alguns volteios mais espirituosos e bem-humorados. Seus erros ortográficos evidentemente se perderam na tradução das cartas, e por outro lado optamos por uma modernização da escrita em função da fluidez da leitura nas cartas originalmente redigidas em português. Mas em obra deste tipo não poderíamos omitir a escrita de próprio punho de Leopoldina, e a reprodução de um certo número de cartas permitirá ao leitor apreciar ele mesmo como a imperatriz brasileira se relacionava com papel, caneta e gramática, como dispunha suas palavras na página, como manejava os vários idiomas nos quais sua função lhe exigia se expressar.

Queríamos terminar agradecendo a todos os que contribuíram para a elaboração desta obra, os pesquisadores, historiadores, editores e colaboradores em geral dos dois lados do Atlântico, e em especial o Itaú BBA, que idealizou e fomentou este projeto desde os alicerces. Aqui eu não poderia deixar de fazer uma menção nominal a Fernão Bracher, que deu os impulsos decisivos ao longo de toda a empreitada.

Manifestamos gratidão especial para as seguintes instituições, fiéis guardiãs das cartas da Imperatriz Leopoldina e das imagens de época às quais recorreremos: Arquivo Nacional Austríaco; Biblioteca Nacional da Áustria; Museu Histórico-Artístico de Viena; Academia de Belas Artes de Viena; Biblioteca da Ajuda (Lisboa); Museu Imperial de Petrópolis; Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro); Museus Castro Maya (Rio de Janeiro); Educandário Romão Duarte (Rio de Janeiro); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico de

São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Coleção Alberto Lamago); Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Encerramos com votos de gratidão para Sonia Bracher, pela leitura atenta e sugestões oportunas; para Beatriz Bracher, pela camaradagem e cumplicidade editorial; e para Heinz Gruber, que constituiu o elo inicial entre as partes austríaca e brasileira deste projeto.

Angel Bojadsen

PARTE I

LEOPOLDINA,
DE ARQUIDUQUESA A IMPERATRIZ

Tempos de reforma, tempos de revolução

ISTVÁN JANCÓS*

ANDRÉ ROBERTO DE A. MACHADO**

A Casa de Bragança, reinante em Portugal desde 1640, sempre se valeu de hábil manejo de sua política externa para garantir a estabilidade no poder. Sua ascensão ao trono, encerrando o domínio dos Áustria de Madrid sobre Portugal desde 1581, e afirmação à frente do Império português, envolveram delicadas operações diplomáticas. Os acordos com a Inglaterra, apesar de desvantajosos economicamente, foram instrumentos típicos dessa política, cujo objetivo era a armação de uma rede de alianças internacionais que servissem de contrapeso às pretensões das potências européias, trate-se da Espanha ou da Holanda, contrárias, no todo ou em parte, à soberania lusa sobre o legado da casa de Avis.

Ainda que fragilizada em meio a esse intrincado jogo político na Europa, e a despeito do elevado custo de sua política de alianças, a monarquia portuguesa mantinha sua importância como centro organizador da diversidade de situações englobadas num Império que se estendia pela Europa, América, Ásia e África. E até porque o reconhecimento internacional do bom direito dos Braganças ao trono lusitano tinha estreita conexão com a importância de seus domínios coloniais, a monarquia via neles a mais valiosa moeda de troca para assegurar a própria legitimidade de sua soberania.

* István Jancsó é professor do Departamento de História da FFLCH e diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo.

** André Roberto de Arruda Machado é doutor em história social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A afirmação de uma dinastia nacional atendia às expectativas dos segmentos dominantes da sociedade portuguesa, trate-se da nobreza ou dos setores urbanos dedicados ao comércio, desejosos de maior proximidade e concomitante acesso ao poder real, a fonte dos privilégios — ou das liberdades, no dizer da época — cujo conjunto conferia organicidade àquela sociedade, demarcando com nitidez os papéis e prerrogativas de cada um de seus integrantes, sempre segundo a boa ordem do Antigo Regime europeu.

Nesse quadro, em que a esfera do poder do Estado pautava-se pelo padrão genérico do absolutismo monárquico, até mesmo a organização econômica do Império dependia de ações que eram prerrogativas da casa reinante. A concessão de privilégios e monopólios, bem à feição da política mercantilista, foi o motor da reorganização da herança da epopéia ultramarina portuguesa, domínios cujo centro de gravidade havia-se, há muito, deslocado do Oriente para a América.

A independência das treze colônias inglesas da América do Norte em 1776 e a Revolução Francesa em 1789 são marcos do que se convencionou denominar “Revoluções Atlânticas”. A independência das colônias ibéricas na América e o fim do absolutismo em boa parte da Europa são outras balizas importantes desse período de profundas transformações.

Para os contemporâneos, envolvidos num lento e errático processo que minou a autoridade de valores e idéias da antiga ordem, apareciam, aos ameaçados pelo seu curso, como caótico e corrosivo do que merecia ser conservado e, aos adeptos das mudanças, como advento de uma era das luzes e da razão. Para uns e outros, refratários ou simpáticos às inovações, a longa crise do Antigo Regime traduzia-se em evidente sentimento de urgência. E à medida que ficava clara a obsolescência das soluções tradicionalmente prescritas para o manejo de dificuldades da mais diversa ordem, fossem elas políticas, econômicas ou culturais, evidenciando sempre a perda de operacionalidade de formas consagradas de reiteração da vida social, avolumavam-se propostas e práticas de reforma ou de subversão.

Foram muitas as tentativas de salvar a velha ordem, a ponto de o século XVIII europeu, em sua maior parte, ser considerado como o do absolutismo ilustrado, em referência aos muitos monarcas empenhados na promoção de reformas sob a égide do ideário da Ilustração. Na Península

Uma exaustiva pesquisa em arquivos europeus e brasileiros resultou nesta extensa compilação de cartas da Imperatriz Leopoldina, a herdeira dos Habsburgos que D. Pedro I desposou. A correspondência abrange desde a infância na Áustria até seu prematuro falecimento no Rio de Janeiro, em 1826. Complementam esta edição ensaios analisando o contexto em que foram



escritas e que abordam diversos aspectos da biografia da imperatriz brasileira, assinados por István Jancsó, Bettina Kann, Andréa Slemian, Maria Rita Kehl e André Roberto de A. Machado. A obra apresenta ainda ampla documentação sobre o período, no Brasil e na Europa, incluindo caderno ilustrado.